

---

## Relatório do Conselho Fiscal

### 2.º Trimestre de 2015

#### 1. Introdução

Nos termos do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais compete genericamente ao Conselho Fiscal fiscalizar a administração da Sociedade, cumprindo-lhe elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela administração.

De acordo com a alínea i) do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, estão as empresas públicas obrigadas a divulgar os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

A fiscalização da APL está cometida a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não é membro daquele órgão, adotando o modelo previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413º do CSC.

O Conselho Fiscal atualmente em funções é composto por um presidente, dois vogais efetivos e um suplente, para um mandato, coincidente com o dos restantes órgãos sociais, correspondente ao triénio 2013/2015, eleitos a Presidente, a 1.ª Vogal efetiva e o Vogal suplente por Deliberação Unânime por Escrito de 25 de fevereiro de 2013 e a 2.ª Vogal efetiva por Deliberação Unânime por Escrito de 8 de junho de 2015, face à renúncia da anterior titular do cargo, mantendo-se como Revisor Oficial de Contas (ROC) a PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA, representada pelo Dr. José Pereira Alves, como membro efetivo, e pelo Dr. José Manuel Henriques Bernardo, como membro suplente, nos termos da Deliberação Unânime por Escrito de 6 de julho de 2013.

No âmbito da sua atuação, o Conselho Fiscal solicitou ao Revisor Oficial de Contas a apresentação de um relatório sucinto sobre a informação financeira trimestral elaborada pela Sociedade.

O relatório do Conselho Fiscal em apreço é, assim, o correspondente ao segundo trimestre de 2015, e foi emitido com base no documento “Relatório de Gestão e Contas – 2º Trimestre de 2015”, apresentado pelo Conselho de Administração da Sociedade, em 26-11-2015, bem como no respetivo Relatório do Revisor Oficial de Contas de 19-11-2015 cujo conteúdo se anexa, constituindo parte integrante do presente documento e ainda com base na análise das atas das reuniões do Conselho de Administração realizadas neste período.

## 2. Análise da atividade desenvolvida e da execução orçamental

Da análise ao documento "Relatório de Gestão e Contas – 2º Trimestre de 2015", salientam-se os seguintes aspetos, sem prejuízo dos possíveis impactos resultantes das conclusões expressas no Relatório do Revisor Oficial de Contas, para as quais se chama a atenção:

- Uma vez que ainda não se encontram aprovadas as contas do exercício de 2014 e o Plano de Atividades e Orçamento para 2015-2017, as referências relativas aos dados respeitantes à aplicação dos resultados do exercício de 2014 e ao Orçamento e ao Plano de Investimentos, sustentam-se nas propostas apresentadas pelo Conselho de Administração, respetivamente no "Relatório e Contas 2014" e no "Plano de Atividades e Orçamento 2015-2017 – Versão Revista em outubro/2015".
- No primeiro semestre de 2015 registou-se uma ligeira recuperação, da ordem dos 1,9%, face ao período homólogo de 2014, no número de navios que escalaram o Porto de Lisboa. Verificou-se, porém, que o volume total de carga movimentada não alcançou os níveis registados no mesmo período do ano anterior, apresentando um decréscimo de cerca de 3,4%, explicado com a quebra verificada na movimentação dos graneis líquidos (-6,3%) e sólidos (-15,4%), não totalmente compensada pelo aumento registado na movimentação da carga geral (+11,5%). Ao nível dos navios de cruzeiros registou-se um aumento das escalas e do número de passageiros, relativamente ao período homólogo de 2014 em cerca de 6,3% e 9,5% respetivamente.
- O Resultado Líquido apurado no primeiro semestre de 2015 apresenta-se positivo, no montante de 879 milhares de euros, refletindo uma variação positiva de cerca de 252,4% (+1.456 milhares de euros) relativamente ao valor registado no período homólogo de 2014 e um desvio positivo de cerca de 38,4%, relativamente ao valor orçamentado para o período. Contribuiu para o acréscimo significativo do resultado líquido face ao mesmo período do ano anterior, não só o crescimento observado no EBITDA (+ 958 milhares de euros) mas também o acréscimo registado no resultado financeiro (+511 milhares de euros).
- O EBITDA do primeiro semestre de 2015 cifra-se em 10.074 milhares de euros, evidenciando uma variação positiva de cerca de 10,5% face ao período homólogo de 2014, ultrapassando ligeiramente o valor orçamentado para o período, refletindo um desvio positivo na ordem de 1,8%.
- Para o crescimento observado no EBITDA, relativamente ao período homólogo do ano anterior, contribuiu fundamentalmente a forte redução verificada no valor apurado na rubrica de "Outros Gastos e Perdas" na ordem de 56,3% (-1.255 milhares de euros), em

resultado do efeito da correção efetuada em 2014 respeitante a réditos de anos anteriores, por conta da revisão temporária das condições contratuais dos preços praticados nas taxas dominiais.

- O volume de negócios (constituído pelas receitas obtidas com prestação de serviços, rendas de usos dominiais e rendas e rendimentos de propriedades de investimento) ascende no final do período a 19.483 milhares de euros refletindo uma redução de cerca de 6,6% face ao período homólogo de 2014 e um desvio negativo da ordem de 10,3%, face ao valor orçamentado para o mesmo período. Esta situação deve-se fundamentalmente à quebra, face ao período homólogo do ano anterior, das receitas obtidas com as concessões em cerca de 7% (- 611 milhares de euros) e com o regulamento de tarifas em cerca de 11% (-594 milhares de euros) para a qual contribuiu respetivamente a redução do produto das taxas variáveis de concessões em face da diminuição verificada na carga movimentada e a reconfiguração da remuneração associada à atividade de cruzeiros com a entrada em funcionamento, em agosto de 2014, da respetiva concessão nos termos da qual deixou de ser aplicada a tarifa de passageiros, verificando-se, quanto a esta última categoria de receitas um desvio negativo significativo face ao valor orçamentado para o período, na ordem de 26%.
- As receitas alcançadas com rendas de propriedades de investimento apresentam uma variação negativa relativamente ao período homólogo do ano anterior de cerca de 7% (- 156 milhares de euros), para a qual contribuiu a desocupação do edifício Vasco da Gama pelo IMT e a afetação dos edifícios das gares de passageiros de St.<sup>a</sup> Apolónia à nova concessão de cruzeiros, verificando-se, porém, um desvio positivo relativamente ao valor orçamentado para o período, da ordem dos 24%.
- Quanto às principais rubricas de gastos operacionais (Gastos com Pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos), observa-se que o respetivo valor global apresenta uma ligeira redução face ao registado no período homólogo do ano anterior na ordem dos 5% (-616 milhares de euros), apresentando um desvio negativo face ao valor orçamentado da ordem de 12% (- 1.517 milhares de euros).
- O Resultado Financeiro apurado no primeiro semestre ascendeu ao valor negativo de cerca de 1.877 milhares de euros, refletindo um acréscimo de cerca de 21%, face ao período homólogo de 2014, justificado pela reestruturação do passivo remunerado, aproximando-se do valor orçamentado (0,5%).
- No que toca à estrutura patrimonial verifica-se, relativamente ao período homólogo do ano anterior, uma ligeira redução do Ativo, de cerca de 5% (- 20.431 milhares de euros) por contrapartida de uma redução do Passivo, em cerca de 13% (- 25.474 milhares de euros) e de um ligeiro reforço no Capital Próprio, em cerca de 2,5% (+5.043 milhares de euros),

observando-se uma melhoria nos rácios de solvabilidade (Capital Próprio sobre o Passivo Total) e de autonomia financeira (Capital Próprio sobre o Ativo Total) que assumem, no final do primeiro semestre de 2015, respetivamente, cerca de 121% e 55%.

- O Plano de Investimentos para 2015 ascende a cerca de 6.142 milhares de euros, verificando-se, até ao final do primeiro semestre, uma taxa de execução de cerca de 24% (1.468 milhares de euros), registando um desvio negativo face ao orçamentado para este período, da ordem de 8%.

No âmbito da atividade prosseguida pela APL no segundo trimestre de 2015 e da análise das Atas das reuniões semanais do Conselho de Administração, interrompidas entre finais de abril e inícios de junho em face da renúncia de dois administradores e da eleição de dois novos elementos, destacam-se as seguintes deliberações:

- Deliberações de 01-04-2015

Aprovação da minuta do auto de entrega do Terminal Multipurpose de Lisboa ao novo adjudicatário (Agrupamento ETE-ETF);

Consulta a 3 entidades para a realização de um inquérito de avaliação da qualidade do serviço prestado ao passageiro de cruzeiro pelo novo concessionário de Terminal de Cruzeiros.

- Deliberações de 09-04-2015

Revogação da adjudicação da empreitada "Instalação do CA na Gare Marítima de Alcântara" ao concorrente classificado em 1º lugar (Alves Ribeiro, SA) e adjudicação ao concorrente ordenado em 2.º lugar – ROFREI CRC – pelo valor de 389.463,59 €+IVA, pelo prazo de 120 dias, face à proposta de alteração contratual apresentada pelo adjudicatário no que concerne ao preço;

Adjudicação da "Empreitada de dragagens de manutenção na Doca de Pedrouços" à empresa DRAVOSA pelo valor global de 457.550 euros.

- Deliberações de 16-04-2015

Tendo em conta a incapacidade temporária de 2 marinheiros e a necessidade de assegurar a escala de serviço da Operação Marítima, foi deliberado autorizar a contratação de 2 marinheiros a título temporário;

Colaboração da APL na realização do evento Cruise Day Lisbon, a decorrer a 9 e 10 de maio;

Aprovação das minutas de ordem de serviço de divulgação dos Regulamentos de Tarifas de Atividades Dominiais e de Eventos e Publicidade, na sequência da aprovação por parte

do IMT, e da atualização do Índice das taxas negociadas decorrentes da utilização privativa de Edificações, Terraplenos e Terrenos a vigorar em 2015.

- Deliberações de 12-06-2015

Aprovação do Plano de Emergência Interno (PEI);

Adjudicação da prestação de serviços para a caracterização de sedimentos no estuário do Tejo, em zonas sujeitas a dragagens de manutenção, à empresa NEMUS-Gestão e Requalificação Ambiental, Lda, pelo valor de 171.641,00 €, acrescido de IVA à taxa em vigor.

- Deliberação de 16-06-2015

Aprovação do Programa do Procedimento e do Caderno de Encargos relativo ao concurso público para adjudicação da prestação de serviços para a elaboração do Estudo Prévio e do Estudo de Impacte Ambiental do novo Terminal do Barreiro.

### 3. Cumprimento das orientações do Acionista

Relativamente ao cumprimento das disposições legais aplicáveis em 2015 ao Setor Empresarial do Estado e às instruções transmitidas através do ofício circular da Direção-Geral do Tesouro e Finanças n.º 11157, de 2 de dezembro de 2014, para a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2015, destacam-se os seguintes aspetos:

- Conforme referido anteriormente, no primeiro semestre de 2015 o indicador EBITDA apresenta-se positivo (cerca de 10,1 milhões de euros), registando um acréscimo, face ao período homólogo do ano anterior, de cerca de 10,5%.
- O peso das principais rubricas de custos operacionais (Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal), relativamente ao volume de negócios (considerado na ótica anteriormente indicada), apresenta-se ligeiramente superior face ao registado no mesmo período do ano anterior, embora inferior ao que havia sido admitido pela Sociedade, para o mesmo período, nos termos do Plano de Atividades, Investimento e Orçamento 2015/2017:

(em euros)

	1º Sem. 2015	1º Sem. 2014	Orçamento (1.º Sem. 2015)
<b>Volume de Negócios (VN)</b>	<b>19.483.283</b>	<b>20.860.603</b>	<b>21.728.466</b>
<b>Principais Gastos Operacionais (GO)</b>	<b>11.289.830</b>	<b>11.905.892</b>	<b>12.807.165</b>
FSE	3.838.635	3.996.683	4.443.651
Pessoal	7.451.195	7.909.209	8.363.514
<b>GO/VN</b>	<b>58,0%</b>	<b>57,1%</b>	<b>58,9%</b>

- O valor global dos gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento observado no primeiro semestre 2015 regista um crescimento da ordem de 14,6%, face ao verificado no mesmo período do ano anterior, devendo-se ao acréscimo dos encargos com deslocações ajudas de custo e alojamento (+ 57,1%) já que os encargos com comunicações apresentam uma redução (-19,1%). A APL justifica esta situação com as ações desenvolvidas para a promoção das áreas de negócio.
- No período em apreço não foi aplicada aos trabalhadores da APL e aos membros dos órgãos sociais a redução remuneratória prevista na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, com o argumento de que se mantém em 2015 a razão da exceção de 2013 nos termos do despacho n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho, tendo tal situação sido objeto de comunicação à tutela setorial por parte da Associação dos Portos de Portugal (APP), em janeiro de 2014.
- O Prazo Médio de Pagamentos (PMP) obtido no final do primeiro semestre de 2015, apurado pela APL, ascende a 53 dias, apresentando-se superior em 5 dias, face ao apurado no final do mesmo período do ano anterior, e inferior em 3 dias, face ao registado em 31 de dezembro de 2014, justificando a sociedade esta situação por nalguns contratos (designadamente de investimentos em empreitadas e dragagens) o prazo de pagamentos se fixar em 60 dias. Por seu lado, o volume das obrigações de pagamento em atraso ("Arrears"), de prazo de vencimento superior a 90 dias no final do trimestre em apreço apresenta-se inferior ao valor apurado no final do mesmo período do ano anterior em cerca de 7% e inferior, em cerca de 13%, face ao observado em 31-12-2014.
- À semelhança dos anos anteriores, a APL requereu a isenção da aplicação do Princípio da Unidade de Tesouraria previsto no art.º 125º da Lei que aprovou o Orçamento de Estado para 2015, a qual foi concedida nos termos n.º 874/2015-SET, de 5-06-2015, atenta a relevância da banca comercial na atividade da empresa.

#### 4. Conclusão

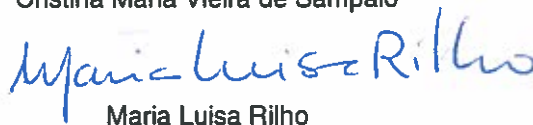
O Conselho Fiscal entende que o “Relatório de Gestão e Contas – 2º Trimestre de 2015”, da Administração do Porto de Lisboa, S.A., apresentado pelo seu Conselho de Administração, reflete a atividade e o desempenho da empresa no período em causa, com informação detalhada e justificativa das alterações ocorridas, excetuando no que concerne aos impactos das situações evidenciadas no respetivo relatório do Revisor Oficial de Contas.

Lisboa, 18 de dezembro de 2015.

O Conselho Fiscal



Cristina Maria Vieira de Sampaio



Maria Luisa Rilho



Maria Isabel Alcobia







Ao Conselho Fiscal e Conselho de Administração da  
APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A.

## ***Memorando de Acompanhamento – Primeiro Semestre de 2015***

Exmos. Senhores,

### ***Introdução***

1 Para efeitos do disposto no n.º 2 do Artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 336/98, de 3 de novembro, procedemos à análise da informação financeira preparada pelo Conselho de Administração da APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A., relativa ao primeiro semestre de 2015, incluída no documento em anexo denominado por “Relatório e Contas – 1.º Semestre 2015”, que inclui, entre outros aspetos, (i) as Demonstrações Financeiras, (ii) a análise económico-financeira e (iii) o cumprimento dos objetivos e orientações legais.

### ***Responsabilidades***

2 É da responsabilidade do Conselho da Administração da Empresa a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.

3 A nossa responsabilidade consiste em acompanhar a atividade da Empresa ao longo do primeiro semestre de 2015 e na elaboração de um Memorando de Acompanhamento sucinto, com vista à identificação dos principais desvios em relação às previsões, assim como de outras situações que, de um ponto de vista contabilístico ou de controlo interno, entendemos dever realçar.

### ***Âmbito***

4 Para a elaboração deste Memorando de Acompanhamento, efetuamos:

- a) O acompanhamento da atividade da Empresa, através da participação em reuniões havidas com o Conselho de Administração e outros responsáveis, e da leitura das atas relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
- b) A análise da informação financeira relativa ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, incluindo os principais desvios em relação às previsões, os quais se encontram detalhados no documento em anexo preparado pelo Conselho de Administração da Empresa, denominado por “Relatório e Contas – 1.º Semestre 2015”;
- c) A análise do grau de cumprimento do “Programa pagar a tempo e horas”;

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda,  
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt  
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na CMVM sob o n.º 9077*

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente

5 Nas circunstâncias, o trabalho efetuado não constitui um exame às demonstrações financeiras da Empresa do período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, nem tão pouco uma revisão limitada às mesmas, de acordo com os normativos de auditoria, mas apenas no acompanhamento da atividade desenvolvida pela Empresa no período em análise, por forma a dar cumprimento ao disposto no n.º 2 do Artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 336/98, de 3 de novembro.

### ***Principais aspetos e considerações***

6 Neste contexto, e com o objetivo de proporcionar informação sobre o trabalho realizado, resumimos, de seguida, os principais aspetos e considerações decorrentes da análise à execução do orçamento e informação financeira da Empresa do período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, que entendemos dever realçar neste Memorando de Acompanhamento:

- 6.1 O balanço e a demonstração dos resultados do período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, assim como a evolução dos gastos e rendimentos face ao orçamento e ao período homólogo do exercício anterior encontram-se detalhadas no documento em anexo (capítulo 6 – análise económico-financeira), preparado pelo Conselho de Administração da Empresa, denominado por “Relatório e Contas – 1.º Semestre 2015”.
- 6.2 Atendendo a que, com referência ao período findo em 30 de junho de 2015, a Assembleia-Geral para aprovação das contas do exercício de 2014 ainda não tinha sido realizada, a APL aplicou, provisoriamente, o resultado líquido do exercício de 2014, no valor de 4.403 milhares de euros, da seguinte forma: (i) reserva legal, 440 milhares de euros, (ii) Reservas não distribuíveis – concessões, 1.146 milhares de euros e (iii) o saldo remanescente, no valor de 2.817 milhares de euros, para Resultados transitados.
- 6.3 No reconhecimento dos gastos e rendimentos referentes ao período findo em 30 de junho de 2015, não foi assegurada de forma exaustiva a aplicação do princípio contabilístico da especialização de períodos. Adicionalmente, não foi apurada e registada a estimativa de imposto corrente sobre o rendimento (o custo apresentado na Demonstração dos resultados respeita ao reconhecimento do imposto diferido passivo).
- 6.4 Apesar de as rubricas de diferimentos ativos e passivos e de outras contas a pagar incluírem montantes correntes e não correntes, os diferimentos passivos encontram-se apresentados no Balanço do Relatório e Contas do 1º semestre de 2015, na sua totalidade, como passivo não corrente e os diferimentos ativos e outras contas a pagar apresentam-se classificadas, também na sua totalidade, como rubricas de natureza corrente. Adicionalmente, os valores do orçamento incluídos no referido relatório, correspondem a uma versão preliminar.
- 6.5 Devido à natureza e complexidade de um contrato de concessão assinado no 2º trimestre de 2015, as demonstrações financeiras reportadas a 30 de junho de 2015 ainda não refletiam a totalidade da operação, pois na data de preparação da referida informação financeira, a Empresa ainda se encontrava a apurar e analisar os respetivos impactos contabilísticos.

6.6 Com referência a 30 de junho de 2015, no âmbito do “Programa pagar a tempo e horas” e tendo em consideração as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, são os seguintes os prazos médios de pagamento da Empresa (dias):

<u>31.06.15</u>	(dias)	<u>31.12.14</u>
<u>53</u>		<u>56</u>

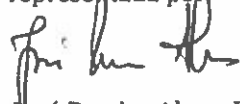
(1) Conforme publicado no Relatório e Contas de 2014

Ficamos ao dispor para eventuais esclarecimentos adicionais. Entretanto, agradecemos à APL a amabilidade com que foram recebidos os nossos colaboradores durante a realização do nosso trabalho, apresentamos os nossos melhores cumprimentos e subscrevemo-nos.

De V. Exas.  
Atentamente

19 de novembro de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda  
representada por



José Pereira Alves, R.O.C.

